

ESCOLA COMO MERCADORIA DO CAPITAL: EMANCIPAÇÃO POLÍTICA PARA LIBERTAÇÃO

Emerson Francisco de Souza⁴
Celso Carvalho⁵

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir possíveis contribuições para a emancipação política dos trabalhadores, defendendo a possibilidade e a importância da emancipação política por meio do ensino escolar. Tendo em vista que a educação escolar tem o papel, desde sua origem histórica, de proporcionar a inserção social dos alunos nas mais diversas esferas da sociedade, propiciando aos alunos o conhecimento da cultura e das relações sociais em que estão inseridos, entendemos que a educação escolar tem que ser voltada para o desenvolvimento de uma formação que tenha na cidadania e na emancipação os meios para que haja a inserção dos alunos nos processos sociais. O texto discute como a educação foi incorporada à lógica do capital e transformada em mercadoria para seu desenvolvimento e defende a importância da emancipação política da população através do sistema escolar público.

Palavras-chave: Emancipação. Consciência. Política.

ABSTRACT

This article aims to discuss possible contributions to the political emancipation of the workers, defending the possibility and the importance of political emancipation through school education. Given that education has a role, since its historical origin, to provide the social integration of students in various spheres of society, providing students with the knowledge of culture and social relations in which they live, we understand that education school has to be focused on the development of a formation that has citizenship and emancipation means that there may be the inclusion of students in social processes. The paper discusses how education was incorporated into the logic of capital and transformed into merchandise for its development and argues for the importance of political emancipation of the population through the public school system.

Keywords: Emancipation. Consciousness. Policy.

⁴ Mestrando em Educação. Professor da Rede Pública do Estado de São Paulo.

⁵ Doutor em Educação. Professor da Universidade Nove de Julho. E-mail cpfcarvalho@uol.com.br

Introdução

O artigo apresenta inicialmente uma breve definição do conceito de emancipação. Na sequência, procura discutir o conceito de emancipação e sua relação com os processos de formação da consciência. Por fim, situam a educação escolar e sua importância nos processos de formação da consciência e da emancipação.

A emancipação como conceito

Começaremos este pequeno escrito definindo o significado conceitual da palavra emancipação. Emancipação, segundo o dicionário Aurélio, significa o ato de se tornar livre, independente, que tem a consciência, a noção de suas atitudes, consciente de suas responsabilidades, saber o que está fazendo, “caminha sozinho racionalmente”. Para discutir o conceito de emancipação incorporamos como referência o livro Educação e emancipação (1995), de Theodor Adorno. Para ele:

O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu devir. Só assim seria possível fixar alternativas históricas, tendo como base a emancipação de todos, no sentido de se tornarem sujeitos refletidos da história, aptos a interromper a barbárie e realizar o conteúdo positivo emancipatório do movimento de ilustração da razão (ADORNO, Theodor, 1995 p. 12).

A emancipação está ligada à autonomia, pois um sujeito emancipado no ambiente escolar tem a consciência e toma decisões na comunidade, no município, no estado e no país. Assim, por meio da emancipação, o indivíduo pode se posicionar diante das necessidades sociais, mas a favor do coletivo. A emancipação na escola tem que servir à cidadania, a sociabilização e influenciar a maneira como o indivíduo cria no imaginário a ideia de que a emancipação escolar é o remédio para resolver todas as questões sociais, principalmente à política, mais voltaremos a este tema ao longo do artigo.

Retomando o conceito de emancipação podemos afirmar que ela está intimamente ligada à reflexão, ao pensamento, pois a emancipação é produtor do pensar, é um ato dinâmico, que necessita sempre a todo o momento ser indagada, questionada. A mediação no processo de emancipação política é extremamente importante, pois pressupomos que quem realiza essa mediação já é um indivíduo (ou coletivo)

emancipado, que já tenha em seu passado o processo de emancipação concluído. A emancipação não acontece apenas no ambiente escolar, mas em todas as instituições e em todos os ambientes formais ou não, que tem como base o trabalho coletivo. A emancipação tem duas características. Ela pode auxiliar o coletivo. Este é o caráter de uma emancipação mais social, ou em outras palavras, socialista. O segundo aspecto da emancipação é o aspecto individualista. O indivíduo não seria emancipado socialmente, pois a emancipação seria voltada para o mundo do capital, para o benefício próprio ou para prevalência do indivíduo sobre o social.

Emancipação política é o convencimento para um objetivo, para uma meta, ou para algumas metas e pode ter múltiplos interesses, individual ou coletivo, ou mesmo ou de um grupo governamental, religioso etc. Essas instituições mantêm os cidadãos destas comunidades de maneira manipuladora, opressora, impedindo o desenvolvimento emancipatório dos seus integrantes. Esses não possuem capacidade objetiva suficiente para sair da condição de analfabeto político, ou compreende a realidade que o cerca de maneira irracional. Não podemos deixar de citar que estes grupos têm interesses políticos e limitam as condições para que seus integrantes superem as condições em que se encontra e passem a ter maior clareza acerca das relações políticas. Marx discute a questão da consciência religiosa e da história da seguinte forma:

Essa concepção é verdadeiramente religiosa, pois postula o homem religioso como homem primitivo do qual parte toda história; e, em sua imaginação, põe a produção religiosa da fantasia no lugar que caberia á produção real dos meios de existência e da vida em si. (MARX, 2010, p. 66)

A libertação destes grupos sociais só será alcançada a partir do despertar da consciência de opressão e isso somente acontecerá quando estes cidadãos começarem a pensar racionalmente de maneira crítica sobre a sociedade, no grupo que estão inseridos. Como afirma Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontram preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem mais que eles, para ir compreende a necessidade da libertação? Libertação que não chegará

pelo acaso, mas, pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e pelo reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, Paulo, 1987, p. 37).

A emancipação é produto da consciência, necessária para encarar o mundo nas várias circunstâncias em que se apresenta e se faz necessária, sempre como ferramenta fundamental para encarar os problemas cotidianos. Sem a emancipação, o homem se torna lúdico em todos os momentos de sua vida, não consegue ser achar no mundo e não se encontra como sujeito ativo participante da sociedade onde este inserido. A sociedade brasileira ainda não foi emancipada democraticamente, assim não tem autonomia para escolher seus representantes políticos, grande parte disso se deve ao sistema educacional público brasileiro, pois uma sociedade democrática sem um sistema educacional efetivo se torna um sistema democrático de mentira. Deveria as políticas públicas (em seus vários aspectos) contribuir para influenciar diretamente para a melhoria das condições de vida no mais amplo sentido: educação, saúde, transporte, outros. Isso poderia despertar a consciência emancipadora coletiva. Podemos afirmar que a conscientização é um estágio da emancipação (política). Sem conscientização não existe emancipação e naturalmente seremos uma democracia frágil.

Todos os seres humanos têm a consciência desenvolvida a partir de estímulos historicamente desenvolvidos, de sua observação da realidade, de sua interação na realidade. Todos os sujeitos têm cinco *portas* abertas para interagir com o mundo, são elas: tato, olfato, visão, paladar e audição. Estas são as cinco formas pelas quais o conhecimento adentra nos seres humanos, são ativados os pensamentos e busca-se a compreensão da realidade (não necessariamente de maneira crítica). O último estágio seria exatamente a emancipação e o pensamento racional, mas isso não acontece de maneira mágica. O professor Antônio Joaquim Severino nos ajuda a compreender melhor essa questão em seu livro “Filosofia”. Afirma ele que:

Para os homens, conhecer é um impulso como que natural e instintivo no sentido em que ele brota espontaneamente, confundindo-se na sua origem, com o próprio impulso da vida. A consciência emerge e se desenvolve como estratégia da vida, integrando o equipamento de ação do homem com vista sua sobrevivência (SEVERINO, 2007, p. 19).

A consciência emancipada é constituída de vários estágios que vão amadurecendo ao longo do tempo. A partir de estímulos e de situações problema da realidade, a consciência é remodelada, tendo que ser estimulada e questionada.

A política e a questão da emancipação

A política é a organização de uma cidade ou estado. O nome vem de *pólis*, que significa cidade. O Estado nasceu de uma necessidade de organização e naturalmente não existe estado sem política. A política está ligada a cidadania, e da contribuição para solução dos problemas do Estado. Cidadania é a forma de consciência que fazem com que as pessoas ajam coletivamente ou individualmente, com o objetivo de defender seus direitos cívicos.

Para o italiano Norberto Bobbio (2000), a democracia foi construída a partir de vários movimentos históricos de consciência política. Para ele:

A expressão “democracia representativa” significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito á coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade (BOBBIO, 2000, p. 53).

A democracia em nosso país é recente. A presença de movimentos populares e a construção de instituições minimamente representativas é um processo que se deu com a superação da ditadura civil-militar. Há não muito tempo a democracia era um processo “falso”, pois somente votavam os possuidores de renda, o famoso voto censitário. A democracia “real” (com participação de todos), como a que conhecemos hoje, teve sua ascensão ao longo e durante o do período ditatorial, depois de muita luta da população contra a repressão do regime militar (1964-1984). Muitas pessoas morreram em busca deste direito cívico, da “liberdade”. Então podemos afirmar que as democracias não são processos políticos que surgem naturalmente, mais sim a partir da luta política, do enfrentamento e da busca da consciência política como princípio ideológico.

Vivemos em uma sociedade capitalista e esta sociedade se divide em classes sociais. Nessa sociedade o interesse principal é a busca do lucro e do privilégio. É um modo de produção cujos meios de produção estão nas mãos dos capitalistas e os

trabalhadores vendem sua força de trabalho por um salário. Em razão da divisão social do trabalho, os trabalhadores compram com seu salário mercadorias que são necessárias para sua sobrevivência. Mercadoria que é produzida por outros trabalhadores que também vendem sua força de trabalho para sua sobrevivência.

O sistema capitalista tem sua ascensão a partir da crise do sistema feudal do século XVI, tendo como base a acumulação primitiva do capital por parte de alguns membros dos antigos comerciantes das feiras de burgos que existiam ao redor das residências reais. O sistema político que começava a predominar era o absolutismo (séculos XVI ao XVII). Alguns filósofos defendiam sua implantação, como Jean Bodin (1530-96), que atribuía ao absolutismo uma teoria de origem divina, colocando o absolutista como uma pessoa escolhida por Deus. Outro filósofo defensor do governo absolutista é Thomas Hobbes, que afirmava que o governo absolutista era um bem para sociedade, pois a sociedade não tinha controle sobre suas ações e sem esse tipo de governo ela se destruiria. O historiador Edward Mcnall Burns, em seu livro *História da civilização ocidental*, afirma que:

A essência da filosofia política de Hobbes relaciona-se diretamente com as teorias da origem do governo. Ensinava que no começo todos os homens viviam em estado natural, sem estarem sujeitados a qualquer lei que não fosse o brutal interesse próprio. Muito longe de ser um paraíso de inocência e de bem-aventurança, o estado natural era uma condição de universal sofrimento. Todos faziam guerra a todos. A vida do indivíduo era “solitária, podre, sórdida, bruta e breve”. A fim de escapar a essa guerra de todos contra todos, os homens acabaram unindo-se entre si para formar uma sociedade civil. Assentaram um contrato pelo qual cediam todos os seus direitos a um soberano suficientemente forte para protegê-lo contra a violência. (BURNS, 1994, p. 542)

A nova sociedade trazia consigo novas classes sociais (mais mantinha as diferenças de classes). Karl e Engels afirmam no Manifesto Comunista, publicado em 21 de fevereiro de 1848, que “a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe” (1998, p. 76). A principal classe era a burguesia, que nasceu com a aliança entre os antigos comerciantes das feiras dos burgos e a nobreza. Os comerciantes pagavam impostos e o monarca, em contrapartida, protegia o comércio da burguesia com seu exército. Quando chega o momento em que a

burguesia não precisa mais da “proteção” dos absolutistas, por meio das “revoluções” burguesas, passa a tomar o poder do rei. Nesse processo, vários movimentos de cunho político-ideológico, como o movimento iluminista, a Revolução Francesa e a própria ideia de democracia tornam a burguesia capaz de assumir o controle do Estado.

Com as leis de cercamento na Inglaterra e a desapropriação dos camponeses de suas terras, somado ao trabalho compulsório imposto pela realeza os antigos camponeses donos das terras foram transformados em mão de obra “barata” para o acúmulo de capital.

A expansão máxima do capitalismo se deu após a Revolução Industrial do século XVIII, quando a produção manufatureira é substituída por maquinário e os trabalhadores são obrigados a trocarem sua força de trabalho por um salário. Trabalho este cada vez mais longo e duro, em que não existe senso de humanidade, mas apenas a lógica que leva ao acúmulo do capital. Não há respeito por mulheres ou crianças. Todos são apenas um produto do capital ou uma mercadoria para o capital. Como relata Luiz Carvalho Bicalho em sua leitura do Capital.

Foi preciso tempo e experiência para que os operários, tendo aprendido a distinguir entre as máquinas e seu emprego capitalista, dirigissem seu ataque, não contra o meio material de produção, mas contra seu modo social de exploração (BICALHO, 1990, p. 28).

No final do século XX e começo do século XXI, o capitalismo aparece com nova “cara”, com novo “disfarce”, passando a ser denominado de globalização. As tecnologias e a rapidez do *mundo pós-moderno* parecem solucionar todos os males sociais do mundo. O termo globalização traz consigo a falsa impressão de que todos agora estão unidos e pertencem às mesmas classes sociais, que na verdade nem mais existem, e o discurso do capital fala em população mundial, que não existe mais a miséria, que não tem mais fronteiras e que todas as novas tecnologias que são produzidas, ou melhor, aperfeiçoadas, são criadas para buscar o bem-estar social e não individual. Como afirmou o geógrafo Milton Santos em seu livro “Por uma nova globalização,” a globalização aparece como “fábula”. A globalização tenta difundir a ideia de unificação por meio de vários agentes como o FMI (Fundo Monetário Internacional), a ONU (Organização das Nações Unidas), os Blocos Econômicos, Banco Mundial, e a OMC (Organização Mundial do Comércio).

Embora o discurso seja de otimismo a globalização está muito longe de trazer essa harmonia prometida. A distância entre as classes continua a crescer; as tensões sociais a cada dia aumentam e fazem novas vítimas. As tragédias globais continuam a crescer financiadas pelo mundo global, capitalista, pois agora:

A política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe com globais, que não tem preocupações éticas, nem finalísticas. Dir-se-á que, no mundo da competitividade, o use é cada vez mais individualista, o use desaparece. Então, a própria lógica de sobrevivência da empresa global sugere que funcione sem nenhum altruísmo. Mas, se o Estado não pode ser solidário e a empresa não pode ser altruísta, a sociedade como um todo não tem que trabalhar (SANTOS, 2000, p.85).

Escola e emancipação

A escola busca a socialização através dos conhecimentos científicos desenvolvidos pela humanidade ao longo da história. Sendo assim, o conhecimento escolar necessariamente é conhecimento histórico. A escola é espaço de aprendizagem e de formação para a vida em cidadania, para o desenvolvimento de potencialidades, conhecimentos, habilidades e a transmissão de valores históricos. Mas é também espaço para a inserção do sujeito no mundo adulto. O mundo adulto podemos entender aqui como o mundo do mercado do trabalho, ou o mundo do sistema capitalista. Nesse quesito a escola tem ao longo do tempo adaptado os alunos para o sistema do capital. Não tem conseguido superar os obstáculos e estabelecer como princípio o desenvolvimento crítico dos alunos. Embora as políticas educacionais recentes mencionem a formação do cidadão crítico, em essência elas mais contribuem para a formação de um sujeito pacífico, adequado, quando não submisso ao capital.

A escola, desde sua criação, é uma instituição burguesa e tem sido usada como aparelho ideológico para o funcionamento do Estado, legitimando os interesses daqueles que governam. Em Esparta, os meninos eram formados para abraçar as ideologias de um Estado que era para guerra, para o confronto com outros povos. Em outra cidade-estado, como Atenas, já existia um discurso mais intelectual, pois o ensinamento era disponível apenas para as elites e buscava-se viver em um estado democrático para essas

elites. Já se discutia alguns conceitos que nos parece “moderno”, como o de liberdade e igualdade. Mas sempre buscando limitados às ideologias das classes dominantes.

Um dos grandes equívocos presentes no debate contemporâneo na educação, disseminado por meio de intelectuais orgânicos que interferem na educação nas mais diversas esferas é a tese de que todas as questões sociais podem ser resolvidas no âmbito do espaço escolar. Para estes a escola se apresenta como capaz de resolver problemas tão dispersos como desenvolvimento econômico e social, qualificação profissional, violência urbana e outros. Esses intelectuais não analisam a escola no seu mais amplo processo e a colocam como uma instituição quase dissociada da sociedade ou mesmo do capital. Estes intelectuais discutem os problemas da escola e seu potencial apenas considerando a dimensão escolar.

Retomando a discussão anterior, podemos reafirmar que a educação não pode ser pensada apenas internamente, mas nos seus mais variados âmbitos. Portanto, podemos dizer que um dos elementos que mais exercem influência sobre a escola é o sistema econômico, mais especificamente o sistema capitalista. O capital exerce grande influência sobre o ambiente escolar e tem o poder de transformar a escola em mercadoria para seu desenvolvimento. Aliás, ao observarmos o desenvolvimento das unidades escolares ao longo da história percebemos que a escola, uma criação burguesa, tem sido, cada vez mais, espaço que contribui direta ou indiretamente para o acúmulo de capital. Dessa forma, os sistemas escolares vão se reformulando a partir das necessidades das classes dominantes, e da continuidade de acúmulo de riqueza. Gaudêncio Frigotto, em seu livro “Educação e a crise do capitalismo real”, analisa as relações entre os interesses do capital, a educação e os processos políticos. Afirma ele que:

O conjunto de postulados básicos da teoria do capital humano teve profunda influência nos (dês) caminhos da concepção, política e prática educativa no Brasil, sobretudo, na fase mais dura do golpe militar de 64, anos 1968 a 1975. No plano da política, de forma autocrática, o economicismo serviu às forças promotoras de golpe, da base conceptual e técnica à estratégia de ajustar a educação ao tipo de opção por um capitalismo associado e subordinado ao grande capital. A reforma universitária de 68 e, sobretudo, a lei de diretriz e base da educação, de 1971, corporificam a essência deste ajuste (FRIGOTTO, 1995, p.43)

Existem vários aspectos que mostram como a educação tem se tornado importante para o capital. A presença e influência de organismos internacionais na formulação de propostas pedagógicas, como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). Outro aspecto que podemos citar é a crescente onda de fazer da escola um espaço de todos. Inerente a essa prática está uma ação política que tem transformado a escola em espaço de assistência para as comunidades por parte de governantes. A escola, por exemplo, passa a ser o lugar onde se leva as pessoas para tirar carteira de trabalho, vira posto de vacinação, espaço de lazer, espaço de cultura, espaço de reuniões de paróquias. Estes tipos de ação vêm esvaziando cada vez mais a função primordial da escola, que é transmitir conhecimento. Não corre mais nas escolas debates para discussão do conhecimento. A escola hoje é um espaço com múltiplas funções, e em último caso, de transmissão de conhecimento.

Se são os conhecimentos “clássicos” que estimulam o desenvolvimento do pensamento crítico, histórico e transformador dos alunos, transformar a escola em uma instituição que atenda às necessidades das classes trabalhadoras, é devolver à escola sua condição de espaço de transmissão do conhecimento.

Em suma, a partir destes exemplos, podemos concluir que a escola é um “estágio”, uma preparação para os alunos adentrarem como sujeito ativo, participativo e colaborativo para o mundo do capital. A escola da contemporaneidade forma o sujeito para a necessidade do capital. Portanto, não atende ao que seria sua função primordial para os trabalhadores, que é formar sujeitos críticos e emancipados, em condições de atuarem de forma crítica e participativa na sociedade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelho ideológico de estado: nota sobre os aparelhos ideológico de estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BICALHO, Luiz Carvalho. **O Capital Resumo Literal Condensação dos Livros 1, 2 e 3**. São Paulo: Novos Rumos, 1990.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BURNS , Edward Mcnall. **História da civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Iasi, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e manipulação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

SANTOS, Milton **Por uma outra Globalização - do pensamento único a consciência universal**. São Paulo, Record, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SEVERINO. Antônio Joaquim. **Filosofia**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e o capitalismo real**. São Paulo, Cortez, 1995.